

Estudos críticos e estudos de linguagem na pesquisa em comunicação*

WILSON GOMES
(*Universidade Federal da Bahia*)

A pesquisa contemporânea em comunicação no Brasil, em sua maioria, pode ser dividida didaticamente em dois grandes tipos predominantes: os estudos criticamente orientados e os estudos de linguagem. Claro que também são feitas, entre nós, outros tipos de pesquisa, como pesquisas empíricas e experimentais. O que se quer assegurar aqui é que em termos de volume e importância, os dois grandes tipos de pesquisa superam em muito as outras alternativas. Além disso, a perspectiva crítica costuma "visitar" a pesquisa empírica ou experimental ou na formulação das hipóteses do projeto de pesquisa ou no estabelecimento das teses no momento da análise dos dados recolhidos.

Temos que reconhecer, por outro lado, que a representação da massa das pesquisas que hoje são feitas na área de comunicação em dois modelos abstratos não torna as coisas muito simples. Antes de tudo, porque ao invés de um relato empírico que fosse simplesmente arrolando e organizando os materiais, trata-se aqui de uma reconstrução ou organização teórica. Além disso, esses modelos abstratos, didaticamente construídos, destacam um dos aspectos da pesquisa, por julgá-lo o aspecto decisivo, deixando de lado outros também importantes. Com efeito, destacamos aqui a atitude metodológica que orienta a pesquisa ou - se for permitida a metáfora - o olhar específico que o pesquisador dedica ao seu objeto. Em outros termos, interessa-nos o modelo epistemológico, aquele conjunto de saberes, de tomadas de posição e de disposições afetivo-intelectuais, quase nunca plenamente tematizados, que estruturam o projeto, constroem o objeto enquanto objeto da investigação e orientam o esforço do pesquisador.

* Palestra apresentada no XIX Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, em Londrina, PR, no dia 4 de setembro de 1996, no II Seminário sobre as Tendências da Pesquisa em Comunicação nos Cursos de Pós-Graduação.

Admitidas essas premissas, podemos reconhecer no campo de pesquisa da comunicação no Brasil, antes de tudo, o grande filão dos *estudos criticamente orientados*, de larga tradição na área, voltados para a análise crítica dos efeitos - a curto, médio e longo prazo - dos fenômenos, processos e linguagens da comunicação e da cultura de massa sobre as mentalidades e comportamentos, sobre as letras e artes, sobre as relações sociais, sobre a política e o poder, sobre a representação e o desejo dos indivíduos. Em abordagens fundadas na história, na psicologia, na psicanálise e, sobretudo, nas ciências sociais e na filosofia política, esses estudos voltam-se para a compreensão da relação, aparentemente estreita, entre as mudanças nas formas de sociabilidade, nos padrões culturais, na esfera pública, nas mentalidades etc. que se verificam em nossa época e a presença abrangente e essencial dos meios e cultura de massa.

Por "crítica" ou atitude intelectual crítica podem-se indicar duas coisas. A posição crítica que orienta grande parte dos estudos de comunicação - e não só de comunicação - é conduzida por duas atitudes "filosóficas" básicas, a *suspeita* diante dos dados da realidade e a *negação* de que a realidade tenha fundamento em si mesma. O que significa isso?

A atitude crítica refuta a disposição intelectual que toma aquilo que se apresenta ante os nossos olhos, a realidade, como algo dado e definido. Pelo contrário, parte do pressuposto de que aquilo que existe tornou-se assim como existe mediante um processo histórico conduzido por decisões específicas e pontuais que o determinaram nessa ou naquela direção. O que existe, a realidade, é o resultado de um passado que, enquanto passado, estava grávido de outras possibilidades, tendo-se encaminhado, porém, para realizar justamente esta que agora se apresenta. A realidade é, em princípio, apenas o não-mais-possível. Em outros termos, para o crítico as coisas não são como são por uma necessidade ontológica e sim por uma constrição histórica. Por conseqüência, teriam podido ser de outro modo. Se teriam podido tornar-se outras coisas, razoável é admitir que podem tornar-se outras coisas.

Partindo da idéia de que o *real* significa, simplesmente a *realização*, o resultado, a conseqüência de um processo histórico que, em si mesmo, esteve aberto a outras possibilidade, a *suspeita* ou desconfiança que orienta a atitude crítica decorre do seu pressuposto de que é possível indicar, supor, insinuar, indiciar as decisões históricas pontuais que tornaram o real aquilo que ele é, e de que essas decisões históricas estão postas como "fundamento" de sentido daquilo que é normalmente tomado como dado, como fato. Em suma, o crítico desse tipo desconfia que a realidade não nos diga a verdade, na medida em que nela se eludem, disfarçam ou escondem os efetivos movimentos que a explicam. O olhar que orienta a suspeita assume uma perspectiva genealógica, que examina o dado da realidade presente buscando entender o seu fundamento não tematizado, as suas

razões silenciosas, os seus moventes "noturnos", o não-dito ou mal-dito que está por trás do que é dito, fundando-o. Nesse caso, a busca do fundamento é a procura de causas, por conseguinte, do passado.

A atitude de *negação* do real como valor em si e fundamento de si mesmo representa a disposição crítica a confrontar o real com o possível. Mas não com uma possibilidade qualquer e sim com aquela que corresponde a uma configuração ideal, produzida segundo um quadro de valores e princípios ao qual o crítico se vincula. A disposição à negação da realidade como absoluto orienta-se por uma perspectiva que se volta não mais para o passado (como na suspeita), mas para o projeto, para aquilo que as coisas poderiam (porque deveriam) ser. Volta-se para aquilo que alguns anos atrás chamar-se-ia, com tranquilidade, "utopia", mas que hoje é mais cuidadosamente caracterizado como horizonte normativo, como ética. Com efeito, mesmo que não descreva, a cada análise, aquilo que a realidade deveria ser, todo crítico, no fundo, trabalha com quadros ideais, com prescrições, com fantasia. É preciso, para criticar, imaginar a possibilidade e esta tem tanto mais legitimidade quanto mais se orienta por critérios normativos ou éticos.

Pois bem, a maior parte da pesquisa em comunicação é formada por pesquisas críticas, ora compondo as duas disposições filosóficas da suspeita e da negação, ora destacando apenas uma delas. Uma parte considerável desses estudos criticamente orientados realizam, por exemplo, o procedimento seguinte. Admitamos o fato evidente de que a configuração da sociedade contemporânea está relacionada à presença e funcionamento dos meios, da indústria, dos processos e das linguagens da comunicação social. Nesse quadro, o crítico que analisa um fenômeno qualquer poderá ser levado a buscar - mediante uma investigação histórica, sociológica etc. - as causas e decisões históricas ou conjunturais que explicam tal fenômeno, o campo de interesses ou a estrutura de poder que o esclarecem, as formas lógicas e "gramaticais" que lhe servem de fundamento. O crítico, em suma, haverá de tentar compreender o fenômeno presente a seus olhos referindo-o algo que lhe estaria "por trás" ou "por baixo" como o seu horizonte de sentido, sua explicação. Esse pano de fundo, essa teia de pressupostos, poderia ser, no caso e a depender da corrente a que o crítico se filia, a chamada sociedade de consumo, o campo de poder do Estado burguês ou moderno, o conjunto de posições, representações e disposições de valores a que chamamos modernidade, a estrutura repressiva da moral da civilização judaico-cristã etc.

Esse é o procedimento fundamental do crítico orientado pela suspeita. Para este, compreender um fenômeno da comunicação e cultura contemporâneas quer dizer explicá-lo a partir de uma relação de causa e efeito com um outro fenômeno. O nosso crítico aqui desconfia que aquilo que temos como o fenômeno real é tão somente a face evidente, a superfície, de um conjunto de fatores realmente operantes, latentes e decisivos. Compreender é exhibir os fatores fundamentais, tematizar, tornar patente, desmascarar. Nesse caso, o interesse científico da compreensão - que se

atinge pela busca metodicamente conduzida dos fundamentos dos fenômenos - finda por convergir com o interesse ético da emancipação - que se atinge pelo desmascaramento, pela denúncia.

Mas são também críticos os estudos que, mais que buscar indicar os elementos e condições estruturantes, estão interessados em expor a situação do homem e de suas circunstâncias face aos fenômenos da realidade estudados. Os que se esforçam para indicar as razões para o desassossego ou celebração diante do fenômeno presente. Admitamos o fato, também evidente, de que estamos atualmente experimentando uma nova forma de democracia, a democracia mediática, que se explica essencialmente pela sua dependência dos meios, recursos e lógica das comunicações de massa. Em que consistiria uma pesquisa crítica que tivesse esse fenômeno como objeto? A atitude de suspeita certamente iria tentar indicar a democracia mediática como, digamos, resultado de um processo histórico de decadência da esfera pública burguesa. A atitude de negação consistiria em, por exemplo, indicar as patologias que são inerentes a um tipo de democracia sustentada pelos meios de comunicação e as suas conseqüências nefastas para o próprio conceito normativo de democracia.

Normalmente se imagina o crítico "negativo" no campo da comunicação como um pessimista, um "adorniano", como se diz. A rigor, não necessariamente a negatividade é um mau-humor que se transforma em teoria, como o nome poderia sugerir. A atitude crítica desse tipo consiste fundamentalmente em negar o real como tendo fundamento em si mesmo e não em simplesmente considerar o real como "pior" em face do passado (decadência) ou em face do futuro (imoralidade). O crítico "negativo" apenas recusa-se a aceitar o dogma segundo o qual "as coisas são como são", para propugnar, ao contrário, que a realidade não seja descrita apenas com base em si mesma mas tendo-se igualmente em vista o que ela deveria ser. Em suma, propugna que o método científico não separe definitivamente descrição e avaliação, conhecimento e ética.

Para se produzir um estudo "moralista" ou "negativo" de tendência pessimista, aquele que no passado Umberto Eco chamou de apocalíptico, basta que se afirme que aquilo que a realidade deveria ser, o horizonte normativo, é melhor que aquilo que a realidade é. É o caso, por exemplo, de se afirmar que há uma decadência no gosto estético dos contemporâneos devido ao consumo de uma cultura produzida segundo padrões industriais, ou seja, onde as necessidades mercantis visitam e determinam a própria produção artístico-cultural. Essa afirmação pressupõe evidentemente que a produção artístico-cultural autêntica deveria gozar de liberdade, de uma certa não-utilidade e não-mercantilidade, de gratuidade. O seu dever-ser não corresponde ao ser; portanto, ao crítico resta tão somente registrar o seu desconforto diante da miséria do real.

Para se fazer um crítico com tendência otimista, basta que se faça coincidir ser e dever-ser. Nesse caso, a realidade tornou-se o que é, e o que ela é, é bom. Ao invés de um "adorniano", temos aqui um "leibnitziano", um estudioso da comunicação e cultura de massa que substitui o lema

pessimista "o tempora, o mores" (ou "Oh vida, oh céus, oh azar. Isso não vai dar certo!") pela otimista proclamação de que este é o melhor dos mundos possíveis. Diante do mesmo dado inegável da democracia mediática podemos ser levados, nesse quadro, à conclusão de que, de fato, a democracia contemporânea transfigurou-se segundo a lógica mediática do entretenimento - ganhando a forma de uma democracia moda ou "democracia frívola" -, mas que isso, ao contrário do que pensam os pessimistas, é excelente: a democracia frívola forma homens mais abertos e capazes de adaptar-se às mudanças, forma sociedades mais tolerantes e torna a política e o poder mais secularizados, mais banal, mais à medida do humano.

Na perspectiva "moralista" dos estudos da comunicação e da cultura de massa compreender um fenômeno é explicá-lo - e às suas conseqüências - e avaliá-lo tendo como referência ou parâmetro um horizonte normativo ideal. Toda a arte, pela qual se distingue um moralista crasso de um crítico moralista sofisticado, consiste em trabalhar articulando-se a descrição daquilo que o fenômeno é e das conseqüências que o fenômeno comporta com a prescrição ou normatividade, portanto, tendo em mente aquilo que o fenômeno deveria ser. Se a conta representar um *déficit* para a realidade, temos um crítico que tende a ser pessimista; se, por outro lado, resultar num empate, temos, então, um crítico que tende a ser otimista.

De todo modo, nos três casos temos o pressuposto padrão do modelo epistemológico crítico: um fenômeno da comunicação e da cultura de massa não se explica com base em si mesmo, mas tematizando-se um fundamento, um fundo a partir do qual ele pode e deve ser explicado ou avaliado. O fundamento e o fenômeno estão imbricados, mas podem ser separados e reconhecidos. A atitude de suspeição quanto ao real (atitude historicista ou genealógica) toma o fundo como causa, como motivação: compreender um fenômeno é tematizar o seu fundamento. A atitude de negação do real como fundado em si mesmo (atitude ética ou moralista) toma o fundo como o ideal, o horizonte normativo: compreender um fenômeno é compará-lo com parâmetros, avaliá-lo.

II

Só bem mais recentemente os modelos epistemológicos dos *estudos de linguagem* tornaram-se importantes no campo da comunicação. O que pretende-se identificar como sendo característico desse tipo de estudos? Aqui é preciso distinguir alguns aspectos. Quanto ao objeto, a preocupação central desses estudos é com as formas expressivas ou linguagens da comunicação: o seu modo de engendramento de sentido, as peculiaridades de seu agenciamento discursivo, as suas estratégias de enunciação. Quanto às metodologias, os estudos de linguagem não recorrem, como acontece com os estudos críticos, ao *corpus* conceitual das tradicionais disciplinas de ciências humanas, mas a um conjunto de disciplinas, cujo objeto formal é o estudo da interpretação, no seio da filosofia e das ciências da linguagem.

Sob este último aspecto é um fato que a área de comunicação social tem sido muito pródiga em beneficiar-se do estoque teórico e do manancial de categorias de análise produzidos pelas disciplinas da interpretação e da expressão, tais como estética, hermenêutica, semiótica, retórica e, mais recentemente, análise do discurso. O recurso a tais disciplinas ajudou enormemente o pesquisador da área a compreender os mecanismos de funcionamento de aspectos importantes da comunicação e da cultura mediáticas contemporâneas - como os recursos expressivos das linguagens narrativas audiovisuais (cinema, vídeo, televisão), como as formas de composição de tipos expressivos como o *spot* publicitário, o video-clip, a fotografia, como as estratégias de enunciação do jornalismo, das formas editoriais em geral, da publicidade etc. Em suma, a aplicação das disciplinas da interpretação e da expressão à comunicação foi e continua sendo muito fecunda no sentido de permitir uma compreensão mais profunda e abrangente do funcionamento dos processos e linguagens da comunicação e da cultura a ela associada, permitindo uma visão mais refinada sobre os seus mecanismos e estratégias.

O que representa um ganho evidente em face dos estudos críticos da comunicação. Por certo, os estudos críticos são importantes na medida em que nos municiam de certas categorias para a compreensão da realidade (social e/ou psicológica) capazes de bem dimensionar o alcance da presença dos meios de comunicação, o seu papel e lugar no sistema da cultura, no conjunto da sociedade ou em face da estruturação psíquica subjetiva, bem como de situar os seus efeitos e resultados sobre cultura, sociedade e indivíduos. Tais estudos, entretanto, não são capazes de nos aparelhar para a compreensão do aspecto propriamente expressivo da comunicação social, suas estratégias e recursos de produção de sentido. Ficava de fora do seu âmbito de exame justamente o próprio, o específico da comunicação: o seu aspecto expressivo e comunicativo.

Justamente por insistir no dado evidente de que na comunicação se lida com mensagens, com expressão, é que os estudos de linguagens demarcam o seu território reagindo aos estudos críticos. Os pesquisadores de linguagem buscam o reconhecimento na área estabelecendo, ao mesmo tempo, uma desconfiança em face da pesquisa crítica de comunicação. Antes de tudo, indicando a enorme massa de problemas que ficam de fora da mirada do pesquisador crítico. Mas não só.

É exatamente esse segundo aspecto das diferenças entre os dois tipos de pesquisa que permite que a oposição abstrata, que aqui viemos construindo, se estabeleça em patamares razoáveis. Porque, no fundo, parecia estranho que aqui se caracterizasse os estudos críticos pela sua atitude epistemológica e o estudos de linguagem pelo seu objeto e pelas metodologias a que recorre. Na verdade, o que aqui se considera como mais característico dos estudos de linguagem é também a sua atitude epistemológica e essa só se evidencia na sua reação aos estudos críticos.

Com efeito, uma das formas de demarcação de territórios do pesquisador de linguagem em face dos críticos consistiu em caracterizar

esses últimos como integrando uma geração mais antiquada, desaparelhada afetiva e intelectualmente para gostar da contemporaneidade, moralista, montada em conceitos sociológicos, filosóficos ou históricos em profunda crise mesmo no interior das suas disciplinas de origem, tecnófoba ou, pelo menos, maldisposta com relação aos novos dispositivos eletrônicos da comunicação e da cultura, bem como com relação à mentalidade mass-mediática definitivamente associada às novas tecnologias.

Da polêmica se retira uma silogismo epistemológico importante: a) o material fundamental no qual e pelo qual se realiza a comunicação mediática é um material comunicativo e expressivo; b) o objetivo da pesquisa em comunicação é entender justamente o material fundamental da comunicação; c) logo, o objeto autêntico da pesquisa em comunicação são as formas expressivas da comunicação, a sua linguagem. Desse raciocínio decorre uma convicção epistemológica de não pequena monta: os fenômenos da comunicação social se compreendem sem que se precise tematizar outros fenômenos que lhe estão por trás ou como fundamento; os fenômenos da comunicação, compreendidos como fenômenos expressivos, como estratégias e dispositivos comunicacionais, compreendem-se com base neles mesmos, no modo como funcionam.

Historicamente, o *boom* dos estudos de linguagem em comunicação é solidário à explosão dos estudos de linguagem na cultura a partir dos anos 70, onde se estabelece um olhar “lingüístico” totalizador, que vai assumir do ponto de vista semiótico, hermenêutico, retórico etc. o conjunto de objetos antes dispersos por outras disciplinas. Para comprovar o argumento, basta uma olhada na produção bibliográfica, particularmente a partir dos anos 70, nas várias disciplinas das ciências humanas. O “olhar semiótico” (como, de resto, o olhar psicanalítico, retórico etc.) espalha-se por sobre todos os objetos e regiões do pensamento: o cinema, os dialetos, as relações de parentesco, a guerra, o sistema dos objetos, a música, o teatro, a alma, as leis do raciocínio, as configurações do poder e instituições, a doença e a saúde, a mitologia e a sedução amorosa, os gêneros narrativos e a fotografia.

“Descobre-se”, curiosamente, que de tudo isso pode-se dizer mais e melhor se o submetemos a uma mirada semiótica, retórica, hermenêutica, lingüística, analítica do discurso. Isso tudo provocado, de um lado, pela busca, bem particular a partir da segunda metade dos anos 70, de um modelo novo de abordagem da realidade que substituísse o desgaste dos modelos sociológicos e históricos, cuja saturação podemos datar entre o final dos anos 60 e início dos 70. Tratou-se de um encantamento por uma espécie de *novo paradigma*, que ao lado da psicanálise (também elevada a substituta do desgastado modelo psicológico-experimentalista) parecia arejar, trazer novos alementos à pesquisa em Humanidades.

Por outro lado, motivava esse *novo clima de interesses* um certo imperialismo epistemológico, ingênuo mas bem compreensível, dos cultores da disciplinas da expressão e da interpretação. Costumo brincar com alguns colegas dizendo que aqui se aplica o lema de Tertuliano sobre a Igreja, o

famoso *extra ecclesiam nulla salus*, fora da igreja não há salvação; de fato, para alguns autores é flagrante a convicção, nesse momento, de que nada se pode dizer de relevante sobre as regiões e objetos das ciências do espírito em geral, e sobre a comunicação em particular, se não se dobra à perspectiva semiótica: *extra semioticam nulla salus* (evidentemente que, também para muitos, *extra psicanalisen nulla salus*). Essa voracidade epistêmica dos “hunos” e “visigodos” semióticos dos anos 70 e das ciências da expressão e da interpretação em geral depois dos anos 80 explica-se naturalmente por aquele momento de incerteza quanto às fronteiras do seu objeto e entusiasmo quanto aos resultados das primeiras aplicações de análise, tão típicas da adolescência de qualquer disciplina.

Quando os estudos de linguagem aparecem no campo da cultura intelectual deslocando do prosaetrio a questão “por que tal fenômeno é como é?” em benefício da pergunta “como é tal fenômeno?” ou “de que modo funciona?”, pareceu, de fato, que isso nos aparelharia melhor para entender a comunicação e cultura presentes. Além disso, temos que considerar que a aplicação dessa nova forma de análise aos fenômenos, processos e linguagens da comunicação resultou em um novo alento à pesquisa da área. As pessoas gostaram de saber, por exemplo, que para se apreciar esteticamente um filme, uma fotografia, não se precisava mais entendê-los como ecos e reflexos de uma determinada mentalidade, cultura ou configuração social, mas que era bem mais fecundo compreender que, enquanto materiais expressivos, filme e fotografia acionavam determinadas estratégias de disposição de sentidos que, com um pouco mais de atenção do que aquela exigida pela fruição normal, nós seríamos capazes de descobrir e entender.

Nesse quadro, compreender um fenômeno comunicacional não significa explicá-lo com base noutro fenômeno nem com referência a parâmetros ideais. Não se trata mais de explicar ou avaliar, mas de compreender. E compreender um fenômeno comunicacional é substancialmente entendê-lo como mensagem, entender o modo como ele é ativado, as suas estruturas e os seus dispositivos internos, o que ele solicita de colaboração do intérprete para funcionar.

Agora parece baixar um pouco a poeira desse frisson intelectual e, a começar pela semiótica, começa-se a examinar as perdas e os ganhos de ter sido, de repente, elevada à categoria de *novo paradigma*. Claro que ainda há alguns convictos Átilas da semiótica (e da psicanálise), mas estes, exagerando a sua importância, são no máximo epígonos, nunca expoentes. Neste novo momento, a semiótica e o mundo das disciplinas da interpretação e da expressão aplicadas à comunicação enfrentam as suas primeiras crises. Questiona-se sobre o real ganho da aplicação da semiótica a certos territórios, questiona-se sobre a validade de certas categorias e intuições que balizaram os seus manifestos, pergunta-se por alternativas ao discurso semiótico mesmo naquele campo de objetos que pareciam manifestamente seus, como as linguagens (a retórica e a poética, a estética da recepção, sem falar na hermenêutica, reivindicam seus territórios).

De qualquer forma, a pesquisa de comunicação em grande parte é conduzida por estudiosos que se apropriam, com menor ou maior rigor, das categorias e intuições de análise das disciplinas científicas, sem que necessariamente estejam naquelas disciplinas na condição de expoentes. E os epígonos e repetidores tardam a se dar conta das crises. Isso se dá com os pesquisadores de linguagem da área de comunicação. Assim como se continuou a fazer a pesquisa crítica mais clássica na área, mesmo quando em filosofia e sociologia já se tinham mostrado, há muito, as debilidades da primitiva forma de orientação crítica, também os pesquisadores de linguagem vivem o seu sossegado encantamento com o olhar totalizador das disciplinas da interpretação e da expressão sobre os objetos da comunicação sem que qualquer nuvem no horizonte venha a perturbar-lhes o ânimo.

Em que pese o empenho - mesmo excessivamente entusiasmado e, às vezes, demasiado ingênuo - dos pesquisadores orientados para a compreensão das estratégias expressivas da comunicação, a contribuição das várias disciplinas da expressão e da interpretação para a área têm sido desigual e, freqüentemente, descontinua. O que se deve a muitos fatores, o mais importante deles acontecendo fora do domínio da comunicação propriamente dito, a saber, o diferenciado estatuto epistemológico que as disciplinas lograram alcançar nas últimas décadas. Por estatuto epistemológico há de se entender aqui o nível de sedimentação do campo conceitual, sua coerência, extensão e fecundidade, o volume e diversidade de pesquisas levados a termo, mas também - *et pour cause* - o status aferido à disciplina no campo científico da sua área, o seu reconhecimento.

Ora, apenas algumas dessas disciplinas gozam de pleno estatuto epistemológico e, portanto, são consideradas perfeitamente aptas a orientar a visada dos pesquisadores sobre quaisquer objetos da sua pertinência. A relativa clareza a que se chegou no seu campo conceitual e o volume e qualidade das investigações já realizadas permitem que novos pesquisadores se interessem pela sua metodologia e que o seu modo de análise se aplique a uma quantidade cada vez maior de fenômenos. Este é, evidentemente, o estágio em que se encontram, por exemplo, a semiótica e a análise do discurso, o mesmo não podendo, entretanto, ser dito das outras.

Além disso, temos aqui um problema sério, que diz respeito à operacionalização metodológica de algumas dessas disciplinas. A semiótica é um excelente exemplo. Pensada como uma disciplina que se ocupa com as regras de funcionamento do raciocínio na medida em que este procede de modo inferencial (em Peirce), ou que se ocupa com o modo como se sistematizam os signos no seio da vida social (em Saussure), a semiótica representa uma mirada muito fecunda para a compreensão das leis da hipótese (no primeiro caso) e para o arrolamento e classificação dos sinais (no segundo), mas não necessariamente contém uma metodologia que permita uma análise especial dos fenômenos expressivos.

Nem no seu enquadramento filosófico nem na perspectiva lingüística a semiótica é ou contém uma metodologia; é, no máximo, um olhar, uma visada orientada por certos conhecimentos da estrutura da interpretação

(semiótica filosófica) e das gramáticas culturais dos significados e significantes (semiótica lingüística). Ora, o estudioso dos fenômenos da comunicação não pode se contentar com isso: precisa de um método que o habilite a melhor compreender os fatos comunicacionais como fenômenos expressivos, não de um enfoque ou de um discurso. O resultado disso, na maior parte das vezes, são produções de metodologias estropeadas, incoerentes, mal-dimensionadas e/ou infiéis aos pressupostos da própria disciplina, que ao se aplicar aos fenômenos da comunicação não demonstram maior profundidade e fecundidade de análise do que o mero comentário feito por algum apreciador atento que jamais ouviu falar de semiose, significante, sintagma, ícone e coisas desse tipo. Ou então temos um mero verniz semioticista cuja novidade, a rigor, consiste muito mais num vocabulário novo - e curiosamente esotérico - do que em autênticas categorias de análise. Com todo o risco da injustiça com relação aos pesquisadores mais exponenciais que essa proposição venha a conter, acredito que se possa com alguma correção afirmar que um método semiótico de análise de fenômenos da comunicação está ainda por ser formulado, se é que possa e/ou precise ser formulado.

De qualquer modo, é inegável o ganho provocado pela introdução dos estudos de linguagem na pesquisa em comunicação, particularmente em face do predomínio absoluto - e, curiosamente, que tendia a ser pouco rigoroso - dos estudos críticos. No momento, todavia, se estabelece uma indesejável "interdição" dos estudos críticos, como se a perspectiva crítica tivesse perdido completamente a possibilidade de dizer qualquer coisa sobre o campo da comunicação só porque hoje reconhecemos muitas das fragilidades dos pressupostos da atitude crítica ou porque as categorias-fetiche dos estudos críticos - ideologia, crítica, emancipação, desmascaramento, conscientização, dialética - caíram em desuso, ou pelo desgaste natural do seu uso excessivo quando moda ou porque suas bases filosóficas e sociológicas foram efetivamente solapadas.

Mais do que um desestímulo ou interdição ao estudos criticamente orientados, isso deveria representar uma vantagem, na medida em que levaria o pesquisador a uma maior cautela quanto aos pressupostos e um maior cuidado e responsabilidade na produção das suas categorias de análise. Além disso, a pesquisa crítica poderia agora valer-se também das descobertas dos estudos de linguagem. Do mesmo modo, no que diz respeito aos estudos de linguagem, vale o desejo de que, quando baixar a poeira do entusiasmo, tenhamos estudos metodologicamente melhor formulados e resultados de pesquisa cuja fecundidade seja reconhecida para além do charme proveniente, por exemplo, da etiqueta fixada na sua embalagem: "feita semioticamente".